

## LEI Nº. 4.324, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

***“Altera a Lei n. 3.689, de 17 de dezembro de 2009, fixa regras para o recolhimento, armazenamento e destinação dos pneus inservíveis no Município de Ponta Porã”.***

**Autor: Poder Executivo.**

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - O artigo 3º, da Lei nº. 3.689, de 17 de dezembro de 2009, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º – Todos os estabelecimentos referidos no artigo 1º ficam obrigados a encaminhar os pneus inservíveis até o ECOPONTO disponibilizado pelo Poder Executivo.

**Art. 2º** - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.  
Ponta Porã, 30 de novembro de 2017.

**Hélio Peluffo Filho**  
Prefeito Municipal

## LEI COMPLEMENTAR Nº. 175, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

***“Altera a Lei Complementar n. 122, de 12 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Remuneração do Poder Executivo do Município de Ponta Porã – PCR-PORÃ”.***

**Autor: Poder Executivo**

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º.** O artigo 37 da Lei Complementar n. 122, de 12 de agosto de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 37 - Os adicionais se constituem em vantagens pecuniárias concedidas ao servidor em razão do desempenho do cargo de forma ou condições peculiares e tornam-se inerentes ao exercício da função pela decorrência do tempo e são identificados como:

[...]

§1º - Os adicionais previstos nos incisos II e III deste artigo, considerados de caráter permanente, integram a remuneração de contribuição previdenciária, e serão utilizados para efeitos de cálculo de benefício na forma prevista no § 3º, do artigo 40 da Constituição Federal.

§2º - Tendo em vista o caráter permanente dos adicionais e seus valores variáveis durante o tempo, serão incorporados como vantagem pessoal do servidor, para definição da remuneração do cargo efetivo.

§3º - Como base de cálculo para apuração da verba a ser incorporada na remuneração do servidor, será utilizada a média dos recebimentos nos 60 (sessenta) últimos meses.

§4º - Por ocasião do cálculo da média, os valores serão atualizados mês a mês, utilizando-se os índices publicados mensalmente pelo Ministério da Previdência, conforme preconizado na Lei Federal n. 10887/2004.

§5º - A incorporação prevista no parágrafo §2º dar-se-á, com o servidor em atividade.

§6º - Os valores incorporados como vantagem pessoal do servidor, a partir da concessão de benefício de aposentadoria ou pensão, serão atualizados anualmente na mesma data e nos mesmos índices aplicados à remuneração dos servidores em atividade.

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã/MS, 30 de novembro de 2017.

**Hélio Peluffo Filho**  
Prefeito Municipal